

Projeto Âncora

**Demonstrações Contábeis
em 31 de Dezembro de 2017**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis	3
Balancos patrimoniais	6
Demonstração do superávit/(déficit)	7
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstração dos fluxos de caixa	9
Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis	10



KPMG Auditores Independentes
Av. Dionysia Alves Barreto, 500 - 10º andar - Cj. 1001 - Centro
06086-050 - Osasco/SP - Brasil
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil
Telefone +55 (11) 2856-5300, Fax +55 (11) 2856-5320
www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores do
Projeto Âncora
Cotia - São Paulo

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações financeiras do Projeto Âncora (“Entidade”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado do exercício, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada “Base para opinião com ressalva”, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Projeto Âncora em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a pequenas e médias empresas.

Base para opinião com ressalva

A Administração do Projeto Âncora não avaliou o valor residual, a vida útil e a indicação de ocorrência de redução do valor recuperável do ativo imobilizado. Conforme requerido pelo CPC 01 - Redução ao valor recuperável de ativos, ao fim de cada período de reporte deve ser feita a avaliação se há alguma indicação de que os ativos possam ter sofrido desvalorização. Devido à ausência dessas avaliações, não nos foi possível concluir sobre a necessidade de constituição de provisão para redução ao valor recuperável desses ativos.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação ao Projeto Âncora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.



Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Outros assuntos

Auditoria das demonstrações financeiras do exercício anterior

As demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016 apresentadas como valores correspondentes nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2017, foram auditadas por outros auditores independentes que emitiram relatório de auditoria datado em 19 de abril de 2016, com ressalva relacionada à ausência de avaliação de indicação de perda do valor recuperável do ativo imobilizado.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a pequenas e médias empresas e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Projeto Âncora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de



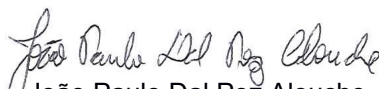
expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Projeto Âncora.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Projeto Âncora. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Projeto Âncora a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Osasco, 04 de abril de 2018

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6


João Paulo Dal Poz Alouche
Contador CRC 1SP245785/O-2

Projeto Âncora pelos Direitos da Criança, Adolescente e Idoso

Balancos Patrimoniais em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em Milhares de Reais)

Ativo	2017	2016	Passivo e Patrimônio Líquido	2017	2016
Circulante	<u>1.621</u>	<u>661</u>	Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)			Obrigações Tributárias (Nota 9)	47	53
Caixa	-	3	Obrigações Sociais e Trabalhistas (Nota 10)	161	189
Recursos sem Restrição	1.618	654	Contas a Pagar (Nota 11)	34	59
Recursos com Restrição	3	4	Recursos de Projetos a Aplicar (Nota 12)	<u>112</u>	<u>139</u>
Realizável à Curto Prazo	<u>8</u>	<u>35</u>	Total Passivo Circulante	354	440
Contas a Receber	1	30	Não Circulante		
Outros Créditos	1	-	Receitas Diferidas (Nota 13)	15	29
Despesas a Apropriar	6	5	Total Passivo não Circulante	<u>15</u>	<u>29</u>
Total Ativo Circulante	<u>1.629</u>	<u>696</u>	Patrimônio Líquido (Nota 14)		
Não circulante			Patrimônio Social	490	733
Imobilizações Administrativas			Superávit / (Déficit) Acumulados	984	(243)
Imobilizado sem Restrição (Nota 7)	202	238	Total Patrimônio Líquido	<u>1.474</u>	<u>490</u>
Imobilizado com Restrição (Nota 8)	<u>12</u>	<u>25</u>	Total do Passivo e Patrimônio Líquido	<u>1.843</u>	<u>959</u>
Total Ativo não Circulante	<u>214</u>	<u>263</u>			
Total do Ativo	<u>1.843</u>	<u>959</u>			

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Projeto Âncora pelos Direitos da Criança, Adolescente e Idoso

Demonstrações do superávit/(déficit)

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em Milhares de Reais)

	2017	2016
Receitas operacionais	<u>3.417</u>	<u>2.140</u>
Com Restrição (Nota 15)	2.014	770
Sem Restrição (Nota 16)	1.403	1.370
Despesas Operacionais	<u>(1.786)</u>	<u>(1.739)</u>
Com Programas (Nota 18)	(1.786)	(1.739)
Resultado Bruto	<u>1.631</u>	<u>401</u>
Despesas Administrativas (Nota 20)	(734)	(719)
Resultado Financeiro	<u>87</u>	<u>75</u>
Receitas Financeiras	101	90
Despesas Financeiras	(14)	(15)
Superávit / (Déficit) do exercício	<u>984</u>	<u>(243)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Projeto Âncora pelos Direitos da Criança, Adolescente e Idoso

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em Milhares de Reais)

	Patrimônio Social	Superávit/Déficit Acumulados	Patrimônio Líquido
Em 31 de dezembro de 2015	583	150	733
Transferência do superávit acumulado	150	(150)	-
Déficit do exercício	-	(243)	(243)
Em 31 de dezembro de 2016	733	(243)	490
Transferência do déficit acumulado	(243)	243	-
Superávit do exercício	-	984	984
Em 31 de dezembro de 2017	490	984	1.474

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Projeto Âncora pelos Direitos da Criança, Adolescente e Idoso

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

	2017	2016
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Superávit / (Déficit) do exercício	984	(243)
Ajustes		
Depreciação e amortização	49	50
Receitas diferidas	(14)	(14)
Variações nos ativos e passivos		
Contas a receber	29	(30)
Outros créditos	(1)	9
Despesas a apropriar	(1)	(1)
Obrigações tributárias	(6)	9
Obrigações sociais e trabalhistas	(28)	17
Contas a pagar	(25)	11
Recursos de projetos a aplicar	(27)	(149)
Caixa líquido gerado pelas/(utilizado) nas atividades operacionais	960	(341)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Empréstimos e financiamentos	-	(9)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	-	(9)
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	960	(350)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	661	1.011
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	1.621	661
	960	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Em Reais, exceto quando indicado de outra forma

1 Contexto operacional

O Projeto Âncora (“Entidade” ou “Projeto Âncora”), fundado em 23 de Setembro de 1995, com sede e foro no Jd. Rebelato - Cotia, Estado de São Paulo, à Estrada Municipal Walter Steurer, nº 1.239, é uma Associação de Assistência Social, de Natureza Beneficente, Filantrópica e Cultural e sem fins lucrativos, visando ao desenvolvimento de atividades destinadas ao serviço de convivência e fortalecimento de vínculos para crianças e adolescentes de 6 a 15 anos; inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (CNPJ) sob o nº 00.860.895/0001-34 que possui como principais objetivos sociais: Proteção à Família, Infância e Adolescência; Promoção de Ações; Assistência Educacional gratuita e Desenvolvimento de Projetos e Atividades Culturais e Desportivas. Atualmente, a Entidade realiza atividades Educacionais, mantendo uma escola de meio período e atividades de Assistência Social.

a. Fontes de recursos

Os recursos para manutenção das atividades da Entidade são obtidos substancialmente em forma de doação e contribuições privadas e em segunda instância subvenções públicas, para as quais existe a necessidade de prestação de contas dos recursos recebidos da Secretaria Municipal de Assistência Social de Cotia, observadas as normas e instruções técnicas expedidas e os formulários padronizados pela Secretaria de Assistência Social do Município de Cotia e do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

b. Imunidade de impostos

O artigo 150 da Constituição Federal garante à Entidade a imunidade (ou isenção) de impostos sobre o patrimônio, renda e serviços prestados.

O Projeto Âncora pelos Direitos da Criança, Adolescente e Idoso é uma associação civil de assistência social, sem fins lucrativos, declarada de utilidade pública em âmbito federal e municipal, bem como é detentora, nas mesmas esferas, do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social. Em decorrência, o Projeto Âncora pelos Direitos da Criança, Adolescente e Idoso está isento ou imune de recolhimento do imposto de renda e da contribuição social sobre o eventual superávit apurado, bem como da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS).

No decorrer do exercício de 2017, a Entidade recolheu o Programa de Integração Social (PIS) calculado à alíquota de 1% sobre o montante da folha de salários, em dezembro de 2017, de acordo com a Decisão do Tribunal Federal, que decidiu que são imunes à Contribuição do PIS sobre folha de pagamento as Entidades beneficentes de assistência social, a Entidade deixou de recolher o PIS s/ a folha de pagamento.

2 Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações contábeis da Entidade foram elaboradas de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade, consubstanciadas nos pronunciamentos técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e nas disposições aplicáveis às instituições sem fins lucrativos, ITG 2002 - "Entidade Sem finalidade de Lucros" e NBC TG 1000 - "Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas", expedidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), que visam orientar o atendimento às exigências legais sobre procedimentos contábeis a ser cumpridos pelas pessoas jurídicas de direito privado sem finalidade de lucros.

As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas abaixo.

A emissão destas demonstrações contábeis foi autorizada pelo Conselho de Administração em 28 de março de 2018.

3 Principais práticas contábeis

As práticas mais relevantes adotadas pela Entidade são:

a. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Entidade e, também, a sua moeda de apresentação.

b. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, contas bancárias e investimentos de curto prazo com liquidez imediata e vencimento original de 90 dias ou menos e com baixo risco de variação no valor de mercado. Estão sendo demonstrados pelo custo acrescido de juros auferidos.

c. Instrumentos financeiros

A Administração classifica seus ativos financeiros em função da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

d. Demais ativos circulantes

São demonstrados aos valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e variações monetárias auferidas.

e. Imobilizado

O imobilizado é avaliado ao custo histórico de aquisição. A depreciação foi calculada pelo método linear, considerando a vida útil estimada dos bens e as taxas usuais permitidas pela legislação fiscal.

f. Passivo circulante

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias e cambiais incorridas.

g. Recursos de projetos a aplicar

Demonstrados por valores recebidos de doações de pessoas jurídicas a ser aplicados em projetos ao longo dos exercícios subsequentes.

h. Patrimônio social

Constituído por doações recebidas de terceiros, acrescidos ou diminuídos do superávit ou déficit apurado em cada exercício.

A transferência do superávit/déficit para o patrimônio social ocorre por meio de aprovação da assembleia dos associados.

i. Apuração do superávit/déficit

As receitas de doações são reconhecidas por ocasião do seu efetivo recebimento.

O superávit ou déficit das atividades é apurado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício.

As receitas identificadas como “Com restrição” nestas demonstrações contábeis são referentes às doações da Secretaria Municipal de Cotia, por meio do FUCONDI.

j. Benefícios a empregados

A Entidade não mantém planos de pensão, previdência privada ou qualquer outro plano de aposentadoria para os empregados e dirigentes, tampouco plano de benefícios a dirigentes e empregados na forma de planos de bônus ou de participações.

k. Recursos com restrição

Em virtude do convênio com a Secretaria Municipal de Cotia, a Entidade possui determinados recursos vinculados a projetos específicos, identificados como “Com restrição” quando mencionados nestas demonstrações contábeis.

4 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros.

Durante os exercícios de 2017 e de 2016, não foram identificados eventos ou premissas que pudessem apresentar riscos significativos de causarem um ajuste relevante nos valores contábeis dos ativos da Entidade.

5 CEBAS - Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social

A Entidade dispõe do CEBAS - Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, emitido pelo Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), com validade até 23 de outubro de 2015. Foi protocolado o pedido de renovação em 27 de abril de 2015 e está em análise.

6 Caixa e equivalentes de caixa

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Caixa	-	3
Bancos - Contas-correntes sem restrição	124	270
Bancos - Contas-correntes com restrição	3	4
Aplicações financeiras - Sem restrição	1.494	384
	<hr/>	<hr/>
Total	<u>1.621</u>	<u>661</u>

A Entidade possui aplicação através de fundos de investimento, não exclusivos, administrados pelo Banco Safra S.A. que possuem liquidação diária. As cotas dos fundos de investimento foram atualizadas pelo respectivo valor da cota no último dia útil do mês.

7 Imobilizado sem restrição

Composto por bens adquiridos para manutenção da Entidade.

Imobilizado	Taxa	Custo	Depreciação acumulada	Saldo em 31/12/2017	Saldo em 31/12/2016
Máquinas e Equipamentos	10%	36	(29)	7	8
Móveis e Utensílios	10%	89	(66)	23	28
Instalações	10%	7	(7)	-	-
Equip. p/ Proc. de Dados	20%	27	(27)	1	1
Equip. Telefônicos	20%	11	(9)	2	3
Benf. e Imóveis de Terceiros	10%	260	(99)	161	172
Veículos	4%	196	(188)	9	26
Inst Mont e Equip.Cei/Cec/Cet	20%	852	(852)	-	-
Outros Bens	10%	3	(3)	-	-
		<hr/>	<hr/>	<hr/>	<hr/>
Total		<u>1.481</u>	<u>(1.279)</u>	<u>202</u>	<u>237</u>

A movimentação do ativo imobilizado está demonstrada abaixo:

Imobilizado	Saldo em 2016	(-) Depreciação	Saldo em 2017
Máquinas e Equipamentos	8	(1)	7
Móveis e Utensílios	28	(6)	23
Equip. p/ Proc. de Dados	1	-	1
Equip. Telefônicos	3	(1)	2
Benf. e Imóveis de Terceiros	172	(10)	161
Veículos	26	(17)	9
Inst Mont e Equip.Cei/Cec/Cet	-	-	-
	<hr/>	<hr/>	<hr/>
	<u>237</u>	<u>(36)</u>	<u>202</u>

8 Imobilizado com restrição

Composto por bens adquiridos através de doações vinculadas ao Projeto Natura

Imobilizado	Taxa	Custo	Depreciação acumulada	Saldo em 31/12/2017	Saldo em 31/12/2016
Móveis e Utensílios	10%	6	(2)	3	4
Equip. p/ Proc. de Dados	20%	63	(55)	9	22
Total		69	(57)	12	25

A movimentação do ativo imobilizado está demonstrada abaixo:

Imobilizado	Saldo em 2016	(-) Depreciação	Saldo em 2017
Móveis e Utensílios	4	(1)	3
Equip. p/ Proc. de Dados	22	(13)	9
Total	25	(13)	12

9 Obrigações tributárias

São representadas pelos seguintes impostos e contribuições:

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
ISS Fonte	-	-
PIS S/Fopag a Recolher	-	2
IRRF S/ Salários	15	14
IR S/ Serviços Cod.1708	-	-
FGTS a Recolher	11	13
INSS a Recolher	10	11
IRRF S/Aluguel	11	11
Contribuição Assistencial a Recolher	-	-
Cofins a Recolher	-	1
ISS a Recolher	-	1
Mensalidade Sindicato	-	-
CSLL/COFINS/PIS Ret.	-	1
Total	47	54

10 Obrigações sociais e trabalhistas

São representadas por:

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Salários a Pagar	74	84
Provisões de Férias e seus Encargos	86	105
Total	161	189

11 Contas a pagar

São representadas por:

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Serviços Profissionais a Pagar	5	33
Contas a Pagar (a)	7	1
Alugueis a Pagar	20	20
Seguros a Pagar	3	4
	<u>34</u>	<u>59</u>

- (a) A rubrica contas a pagar é composta por valores a pagar de despesas para manutenção da Entidade e aquisição de alimentação.

12 Recursos de projetos a aplicar

São representadas por:

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Projeto Natura	<u>112</u>	<u>139</u>
Total	<u>112</u>	<u>139</u>

O projeto Pontes Digitais (Vinculado à Natura Cosméticos) tem como objetivo a criação de vários pontos interativos de tecnologia digital, seja na comunidade ou no Projeto Âncora, inicialmente foram implantadas as redes internas, segundo passo serão executas instalações no circo e nas comunidades do entorno.

13 Receitas diferidas

Refere-se à receita de doações de equipamentos e aquisições para a utilização do Projeto que é apropriada mensalmente de acordo com a vida útil do bem, de acordo com a Resolução CFC 1.409/12, que determina que as Entidades devam aplicar os critérios de reconhecimento da receita nos termos do CPC 07 - Subvenção e Assistência Governamentais, que discorre quanto ao deferimento de doações patrimoniais.

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Receitas Diferidas	<u>15</u>	<u>29</u>
	<u>15</u>	<u>29</u>

14 Patrimônio social

O patrimônio social é formado desde o início de suas atividades por contribuições dos associados, donativos, legados, subsídios e quaisquer recursos que lhe forem concedidos por pessoas naturais e jurídicas, associadas ou não, bens móveis, títulos, valores e direitos pertencentes ou que venham a pertencer à Entidade, rendimentos produzidos por todos os seus bens e direitos e acrescido dos superávits e deduzidos dos déficits.

15 Receitas operacionais com restrição

São representadas por:

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Receitas Seeds	50	40
Receitas Fucondi	1.854	123
Receitas CMAS	70	113
Projeto Natura Cosméticos	40	29
Projeto Petrobras	-	465
	<u>2.014</u>	<u>770</u>

16 Receitas operacionais sem restrição

São representadas por:

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Receitas com Contribuições e Doações	1.233	1.157
Receitas de Serviços Voluntários	131	179
Receita de Outros Créditos	6	5
Receita de Serviços Prestados	34	29
	<u>1.403</u>	<u>1.370</u>

17 Aspectos fiscais

a. Da imunidade tributária

A Entidade é pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, assim definidos em seu estatuto social e atende aos requisitos da legislação, sendo isenta do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), considerando o cumprimento cumulativamente das condições estabelecidas nos arts. 12 e 15 da Lei nº 9.532, de 10 de dezembro de 1997.

Em relação à contribuição social para Programa de Integração Social (PIS), a Entidade estava sujeita ao recolhimento da contribuição calculada sobre a folha de salários à alíquota de 1%, conforme disposto no art. 13 da Medida Provisória nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001, porém, conforme Decisão do Tribunal Federal, que decidiu que são imunes à Contribuição do PIS sobre folha de pagamento as entidades beneficentes de assistência social, a Entidade deixou de recolher o PIS s/ a folha de pagamento a partir de dezembro de 2017.

Quanto à Contribuição Social para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), ainda que a Entidade seja caracterizada como contribuinte, à alíquota de 3%, esta não incide sobre as receitas relativas às atividades próprias da Entidade, conforme o disposto no art. 14, inciso da Medida Provisória nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001.

b. Isenções usufruídas

Contribuição Previdenciária

Em razão de a Entidade beneficiar-se das Isenções Previdenciárias permitidas às associações de cunho Filantrópico e de Utilidade Pública e com base na Lei nº 12.101/09, de 27 de novembro de 2009, sendo concedida a ela isenção do recolhimento de 21% da Quota Patronal do INSS, atingindo, no exercício de 2017, o montante de R\$ 293 (R\$ 287 em 2016).

Impostos e taxas municipais

A Entidade beneficia-se, também, dos impostos e taxas municipais permitidas às instituições de educação e assistência social, de acordo com a Lei Municipal nº 10/83, sendo essas isenções aplicadas ao Imposto Predial (IPTU) e à Taxa de Funcionamento, ambas atingindo, respectivamente, em 2017, R\$ 17 (em 2016, R\$ 15).

COFINS

Quanto à COFINS, ainda que a Entidade seja caracterizada como contribuinte, à alíquota de 3%, esta não incide sobre as receitas relativas às atividades próprias da Entidade, por conta de sua isenção, conforme o disposto no art. 14, inciso da Medida Provisória nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001.

É concedida à Entidade a isenção do recolhimento de 3% sobre as Receitas de Doações, atingindo, no exercício de 2017, o montante de R\$ 37 (R\$ 35 em 2016)

18 Despesas de Operacionais - Concessão de gratuidades

A Entidade, com observância ao limite mínimo fixado pela Lei nº 12.101/09, aplica os recursos recebidos no atendimento da comunidade carente e em investimento da própria Entidade. Os recursos aplicados em 2017 e 2016 estão representados por:

Assistência Social	31/12/2017	31/12/2016
Salários e Encargos Sociais	(770)	(1.108)
Locações de Imóveis	(341)	(341)
Serviços Gerais	(22)	(19)
Comunicações	(7)	(8)
Manutenções	(180)	(35)
	<u>(1.321)</u>	<u>(1.511)</u>
Educação	31/12/2017	31/12/2016
Salários e Encargos Sociais	(461)	(226)
Serviços Gerais	-	-
Comunicação	(2)	-
Manutenções	(2)	(2)
	<u>(465)</u>	<u>(228)</u>

19 Serviços voluntários

Conforme determinado pela ITG 2002, para efeito de cumprimento à Resolução aplicável a Entidades sem finalidade de lucros, a Entidade identificou e mensurou todo o valor de serviço voluntário recebido durante o exercício de 2017.

Nenhum dos valores teve o desembolso de caixa correspondente, tendo sido reconhecidos, como receita e despesa operacional na demonstração do resultado, em montantes iguais, sem efeito no superávit do exercício.

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Serviços Voluntários	(131)	(179)
	<u>(131)</u>	<u>(179)</u>

20 Despesas administrativas

São representadas por:

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Salários e encargos Sociais	(401)	(280)
Serviços Gerais	(66)	(100)
Comunicação	(2)	(33)
Impostos e Taxas	(2)	(3)
Manutenção	(83)	(73)
Depreciações	(49)	(50)
Serviços Voluntários	(131)	(179)
	<u>(734)</u>	<u>(719)</u>

21 Contratação de seguros

O Projeto Âncora pelos Direitos da Criança, Adolescente e Idoso mantém os seguintes contratos de seguros, de riscos diversos:

- Travelers Seguros Brasil S.A., vigência de 23 de setembro de 2017 a 23 de setembro de 2018.

A cobertura de seguro contratada tem o seguinte limite:

- Responsabilidade Civil de Administradores e Diretores - R\$ 3.000
- Sompo Seguros S.A., vigência de 20 de outubro de 2017 a 20 de outubro de 2018.

A cobertura de seguros contratada tem o seguinte limite:

- Danos Materiais - R\$ 75
- Danos Corporais - R\$ 100
- Danos Morais - R\$ 5
- Morte por passageiro - R\$ 10
- Invalidez por passageiro - R\$ 10
- Porto Seguro Cia. de Seguros Gerais, vigência de 8 de dezembro de 2017 a 8 de dezembro de 2018.

A cobertura de seguros contratada tem o seguinte limite:

- Incêndio, Explosão e Fumaça - R\$ 1.000
- Perda de Aluguel - R\$ 30
- Responsabilidade Civil - R\$ 200

* * *

Projeto Âncora

Walter Teixeira
CPF: 813.582.618-49

Fábio Iguelka
CPF: 028.379.998-65

Seteco Consultoria Contábil

Valter Gregio Junior
Contador: CRC 1SP245209/O-3